



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XI - Nº 189 - 1ª QUINZENA DE ABRIL DE 2000 - R\$ 1,00

**Mínimo de 151 reais é fome para milhões. O PT e seus aliados traíram os explorados ao se negarem a lutar pelo salário mínimo real (1900 reais) que mantenha o trabalhador e sua família, e ao aceitarem a continuidade da superexploração do trabalho e opressão! Preferem apresentar propostas aceitáveis aos capitalistas, mesmo que representem manter milhões esmagados pela miséria. Contra essa política pró-capitalista, defendamos a fundo: SALÁRIO MÍNIMO REAL DE 1900 REAIS!**

**Nada de tirar o ponto 7 da Constituição.**

**Defesa de todos os direitos trabalhistas!**

**Assembléias em todos os sindicatos.**

**Aprovar um plano de reivindicações.**

**Construir comitês de base.**

**Organizar a greve para exigir do governo e capitalistas o atendimento das reivindicações dos explorados.**

**A corrupção vai mostrando que a burguesia se organiza em quadrilhas. O capitalismo está podre.**

**TRIBUNAIS POPULARES PARA JULGAR E PUNIR**

**México: Pela imediata libertação dos estudantes presos. Viva a greve de 9 meses na UNAM!**

# Abaixo o salário mínimo do governo FHC e do PFL, Força Sindical, PT e CUT

## Por um salário mínimo real aprovado em assembleias

Defender o salário mínimo real é defender a vida de milhões de trabalhadores brasileiros. Pelos nossos cálculos, uma família de 4 pessoas necessita de pelo menos 1900 reais. A direção da CUT e o PT apóiam o valor de 180 reais (100 dólares), apresentado pelo partido burguês PFL e pela Força Sindical, que sustentam o governo antinacional e antipopular de FHC. Esse mesmo governo irá decretar um mínimo de 151 reais.

O valor de 151 ou 180 reais resulta em continuidade da fome e da miséria. Os trabalhadores devem rechaçar o apoio da CUT e do PT ao PFL/Força Sindical. O Partido Operário Revolucionário (POR) luta para que os sindicatos convoquem assembleias para aprovar o valor do salário mínimo calculado pelos próprios trabalhadores.

O ponto de vista do governo, dos partidos que falam em 100 dólares e dos patrões corresponde à exploração da maioria oprimida, à acumulação de riqueza e à própria crise estrutural do sistema econômico capitalista. Assim, justificam que não podem elevar o salário mínimo mais do que o proposto porque senão desajustaria as contas do governo e a economia não suportaria. Ocorre que as contas do governo estão submetidas à lucratividade dos banqueiros nacionais e internacionais, ao endividamento parasitário interno e externo, ao saque do imperialismo e a toda sorte de corrupção.

O ponto de vista da classe operária parte da defesa da vida da maioria que produz a riqueza do país. Todo partido ou direção sindical que faça cálculos de reajuste do salário mínimo partindo do que a economia pode suportar não faz senão defender os interesses dos explo-

radores e de seu governo. Se o valor necessário é de 1900 reais, então a classe operária e demais oprimidos devem lutar por ele. Cabe aos capitalistas resolverem seus problemas. A idéia de que os assalariados devem colaborar com os exploradores para sustentar a economia em crise e o governo endividado com os banqueiros tem como consequência manter a maior das chagas do capitalismo que é a miséria e a fome.

Os trabalhadores devem tomar consciência de que no capitalismo essa chaga não tem solução. Ela é resultado da exploração da força de trabalho e acumulação de capital e propriedade nas mãos da minoria parasitária. É preciso destruir o sistema de exploração do trabalho para erradicar a fome. É preciso que as fábricas, as terras, o comércio e o sistema financeiro passem para o controle operário, através de um governo operário e camponês da maioria oprimida. É necessário libertar o Brasil da opressão imperialista, realizar uma revolução agrária e impor o controle operário da produção. Se a classe operária não assumir o comando da produção e distribuição das riquezas, uma parte significativa continuará a não ter o pão sobre a mesa.

A posição de defender a vida de todo e qualquer trabalhador acima dos interesses dos capitalistas implica na defesa do programa da revolução e ditadura proletárias. Ou seja, na derrubada do poder político da burguesia e expropriação da propriedade privada dos meios de produção, tornando-a coletiva, socialista.

O movimento por um salário mínimo real deve alcançar unidade de todos os trabalhadores para, através de manifestações, greves, ocupações, bloqueios etc,

golpear a sanha de lucro dos capitalistas e impor a vontade da maioria oprimida. A luta radical pela integridade da existência dos trabalhadores possibilita avançar as reivindicações contra os exploradores e seu governo. E, assim, atingir uma sólida organização independente dos assalariados frente aos partidos patronais, Parlamento, governos etc.

O POR chama os trabalhadores a defender o salário mínimo real como ponto de partida para a luta política em torno do poder do Estado. Alerta para a necessidade de libertar o movimento social do controle da burocracia sindical e dos políticos reformistas (PT), estalinistas (PCdoB, PCB), da Igreja etc. construindo comitês de base nas fábricas, escolas, bairros, sindicatos, associações. Não é possível a classe operária defender-se contra o ataque dos capitalistas e marchar em direção à revolução senão se libertar da política pró-patronal e traidora dessas direções. O fato delas estarem apoiando o salário mínimo de fome e amordaçando os sindicatos, não convocando assembleias em todos eles para que os operários decidam o que fazer, mostra muito bem que estão a serviço dos exploradores. Os canalhas chegam ao ponto de argumentar que 1900 reais de salário mínimo é um absurdo, quando o absurdo é a barbárie em que vivem mais 30 milhões de trabalhadores.

Trabalhador, organizemos um movimento unitário contra a fome e a miséria. Exijamos em todos os sindicatos que se convoquem assembleias. Rechacemos o mínimo do governo e o mínimo do PFL, PT e CUT.

**Por um salário mínimo real de 1900 reais.**

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

# **Abaixo a reforma trabalhista do governo**

## **Não a extinção do ponto 7 da Constituição**

O governo prepara a extinção do ponto 7 da Constituição. Nele está a regulamentação trabalhista: 13º salário; fundo de garantia; férias; licença maternidade etc. A idéia do Ministro Dornelles é tirar o caráter constitucional de direitos trabalhistas. O que quer dizer que perderia a obrigatoriedade de sua aplicação. Ocorre que os capitalistas querem se livrar da regulamentação constitucional para poder acabar com os principais pontos, como 13º, férias etc. Trata-se de um

dos maiores ataques da burguesia contra a vida da classe operária e demais explorados.

O capitalismo decadente e a classe burguesa já não podem assegurar direitos mínimos àqueles que vendem sua força de trabalho. O governo tem se aproveitado da submissão da burocracia sindical e do PT reformista que dirige a CUT para impor aos assalariados as reformas antipopulares. Somente a mobilização, com greves e manifestações,

poderá rebater os ataques dos exploradores.

O Partido Operário Revolucionário defende que os trabalhadores ganhem as ruas para se defenderem contra a fome e a miséria. Defende que todas as correntes políticas que se dizem contrárias às reformas neoliberais constituam uma frente única em defesa dos direitos trabalhistas e contra o conjunto da reforma pró-imperialista do governo.

## **Pela libertação dos presos do MST**

A campanha pela libertação dos presos do MST deve tomar um caráter nacional. A ofensiva do governo e dos latifundiários contra as ocupações e as lideranças se estende por toda parte. O trabalho consiste em formar comitês contra a opressão social e política em cada canto do país para responder com mobilização e unidade dos explorados. Não há outra via contra a repressão senão a mobilização de massa e a organização independente dos trabalhadores.

É preciso que o movimento operário

e camponês construa uma só força de oposição classista e revolucionária ao governo dos capitalistas. A estratégia do governo operário e camponês é uma necessidade para dar coesão política e ideológica aos múltiplos movimentos isolados, que acabam se enfraquecendo pelo isolamento, corporativismo, e pelos ataques do Estado burguês.

Pôr em pé a aliança operário-camponesa é uma condição para sustentar o combate antilatifundiário dos sem-terra. A luta de classes no campo e

na cidade tende a se agravar e com ela a violência reacionária da burguesia. O MST sente na carne essa situação, com seus presos, assassinatos de lideranças e chacinas.

A decisão de formar comitês pela libertação dos presos é um importante passo dado por uma ala do MST de São Paulo, que conta com 6 presos. O POR chama os trabalhadores e estudantes a construir os comitês de frente única.

Publicamos abaixo o Boletim do Comitê contra a opressão social e política

## **Libertar os presos do MST é uma tarefa democrática**

A situação dos camponeses tem se agravado com a concentração fundiária. São milhões os sem-terra que vivem nos minifúndios. Trata-se da sobrevivência de seres acoitados pela miséria e fome. Eis por que tem crescido o movimento social no campo em defesa da terra aos camponeses. E com ele a violência do governo e latifundiários. É preciso sempre recordar as chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Mas nesse momento o que nos atinge é uma onda de prisões desfechada contra o MST.

Nos Estados de São Paulo, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul, temos nossos presos. E no Mato Grosso do Sul, Alagoas, Paraná (Querência do Norte) existem prisões preventivas decretadas. O governo pretende caçar as lideranças e os mais combativos colocando-os no calabouço. O conflito social é combatido pelo Estado pela via policial. Devemos compreender isso como reflexo do cho-

que entre trabalhadores famintos e exploradores superenriquecidos.

Um posicionamento claro contra as prisões políticas é defesa democrática dos movimentos coletivos contra o poder econômico e político dos exploradores. Sem luta, os trabalhadores ficam cada um por si a mercê do desemprego, do minguado salário, dos latifundiários, da expulsão de seu pequeno pedaço de terra e todos males advindos da exploração. Isso nos faz ver a importância da defesa dos movimentos e da integridade daqueles que dedicam suas vidas à emancipação dos trabalhadores.

Estamos em campanha pelo fim das prisões contra o MST e pela imediata libertação dos presos políticos. Aqui em São Paulo, temos seis presos, distribuídos arbitrariamente em cadeias de quatro municípios (Sorocaba, Porto Feliz e Itapetininga). Até mesmo a legalidade tem sido desconsiderada pelas autorida-

des para manter presos **Valquimar Reis Fernandes, Rosalino Bispo de Oliveira, Edmar Pereira dos Santos, Elvis Vieira Ferreira Lima, Benedito Ismael Alves Cardos e Odair Moisés da Rosa.**

O objetivo é condená-los a qualquer custo. Assim, o governo e autoridades pretendem quebrar a vontade de luta dos sem-terra. Certamente, não conseguirão, pois o movimento social é uma necessidade vital. Mas nossa resposta em defesa dos presos é decisiva para fortalecer o movimento dos trabalhadores.

**O Comitê contra a opressão social e política chama os estudantes, professores e funcionários da PUC a apoiarem o movimento pela libertação dos presos, participando da atividade e inclusive contribuindo com alimentos, materiais higiênicos, roupas e mesmo dinheiro.**

**Liberdade aos presos do MST!**

**Terra ao trabalhador!**

# Corrupção: Putrefação capitalista

Os escândalos de corrupção são uma constante. O governo Collor foi deposto pelo parlamento por liderar uma quadrilha. O seu tesoureiro de campanha, PC Farias, tinha ligação com a máfia italiana. Foi assassinado. O governo Fernando H. Cardoso elegeram-se com a aura de honestidade. Mas tem sido tão corrupto quanto os antecessores. Sob sua gestão, vêm ocorrendo os mais variados casos de fraudes, roubos, extorsões, acobertamentos etc. A rede de corrupção vai do mais simples município, passa pelos estados e chega ao miolo da administração federal. Toda máquina estatal está envolvida por um cipoal de ladroagem e negociatas.

As mais recentes denúncias mostram o que sabemos existir, mas que está obscurecido pelo manto da política burguesa, pelos interesses de grupo e pela burocracia administrativa. A luta interna entre as várias frações da política burguesa e da burocracia delas dependente traz à luz do dia os excrementos. As acusações de Nicea Pitta contra o prefeito de São Paulo é de quem sabe os mínimos detalhes das negociatas, mas as denúncias já eram conhecidas. Mais uma vez Maluf e seus asseclas comparecem como núcleo da rede de falsários. Quantos processos esse político da burguesia sofreu? E continua atuante, comandando uma claque. Collor volta ao noticiários como possível candidato à prefeitura de São Paulo. No Paraná, "descobriu-se" que a cúpula da polícia comanda o narcotráfico e o esquema de roubos de carro. Agorinha, no Rio de Janeiro, volta a denúncia de que altos escalões da polícia estão comprados pelos traficantes. Quem denunciou perdeu o cargo no governo e teve de fugir do país para não ser executado. Quase concomitantemente com os acontecimentos do Rio, em São Paulo, o líder dos ambulantes foi assassinado, assim que as denúncias contra Pitta e seu bando de vereadores voltou em cena.

A prática mafiosa de matar aqueles que denunciam, testemunham ou ameaçam os interesses dos delinquentes vem se tornando comum tanto quanto a im-

punidade dos criminosos que dirigem ou têm influência no Estado. O terror gangsteril é parte do apodrecimento da política burguesa, materializada nas relações institucionais.

É claro que, para se preservar, uma fração dessa mesma política comparece como denunciante e como responsável pela apuração. O princípio burguês é de que é inevitável a corrupção e que se trata de um fenômeno que atinge apenas uma parcela dos políticos, dos partidos, dos governantes, da burocracia, da polícia, da justiça etc. Bastaria apenas ficar vigilante e corrigir os desvios e que o próprio Estado é capaz de se autopunir. Mas a realidade é bem outra.

Os casos de corrupção na ordem do dia são apenas uma amostra do que se passa na estrutura social e política do Estado burguês. A ação política dos representantes da classe burguesa e prática do delito marginal estão entrelaçados como o sangue e as veias no corpo. A organização dos partidos no Estado e a formação de quadrilhas deriva um do outro. Vemos que as frações que disputam o comando do Estado estão constituídas em quadrilhas. A política burguesa e o delito marginal não guardam fronteira entre si. Não é possível um sem o outro.

Esta descrição e conclusão podem parecer exagero de quem luta pela destruição do Estado como máquina de oprimir a maioria explorada e o capitalismo. No entanto, a verdade é que a corrupção no aparelho administrativo do capitalismo é reflexo da decadência desse modo de produção baseado na exploração, no lucro, na acumulação parasitária de capital financeiro e na vasta miséria da maioria. A política estatal está a serviço dessa situação, ou seja, funciona para sustentar esse quadro de degradação econômica e social da classe capitalista. Os monopólios industriais, financeiros etc impõem a marca do esgotamento do capitalismo à política dos partidos.

O superfaturamento, roubos explícitos, extorsões, chantagens e toda modalidade de delinquência expressam

relações econômicas típicas do capitalismo apodrecido. O fenômeno do narcotráfico só agrava a situação. A cúpula que maneja tal negócio em nível mundial constitui uma fração burguesa narcotraficante. Não é de estranhar o fato de juizes, parlamentares, governadores, prefeitos, policiais serem comprados ou até mesmo chefiarem um bando. A interligação de todos esses vasos retratam a fisiologia da classe burguesa e seu Estado.

De passagem, é preciso dizer que tais relações perpassam até mesmo os sindicatos. Quanto mais as direções submetem-se à política burguesa e tornam os sindicatos apêndice do Estado, mais essas organizações refletem a degradação da sociedade burguesa. A corrupção e o gangsterismo nas organizações da classe operária são extensão da política burguesa.

Interessa aos explorados saberem de todos aspectos que envolvem os escândalos para combaterem a classe burguesa e suas próprias direções vendidas. As denúncias resultam em crise política e vice-versa. Os reformistas, burocratas sindicais e estalinistas levantam a bandeira de moralizar o Estado, a justiça, a polícia etc. Pedem abertura de CPIs, afastamento de governantes, cassação de mandato, mas mobilizam os explorados para pôr fim ao capitalismo. Usam da política burguesa para aparentemente combater os crimes da burguesia. Ao contrário, devemos ver os crimes da burguesia como atentado à vida das massas, que suportam todo peso da putrefação.

Não se trata de lutar contra a corrupção burguesa em si mesma ou pela moralização da classe exploradora. Trata-se sim de lutar pela destruição da classe burguesa e seu Estado, com o programa revolucionário de expropriação dos meios de produção e de socialização.

O POR chama os explorados e todas correntes de esquerda a repudiarem as ilusões na democracia burguesa e no moralismo pequeno-burguês. Chama a constituir um tribunal popular para lutar contra os crimes da burguesia e defender um programa proletário.

A esquerda atrás da disputa interburguesa

## PSTU cada vez mais adaptado ao eleitoralismo

O PSTU toma como eixo de sua campanha política a luta interburguesa em torno das denúncias de corrupção. Isso quando o governo decreta o salário mínimo de 151 reais, ao qual o PSTU apenas se refere para lamentar tanta fome no país. A sua palavra de ordem é: "Eleições Municipais Já". "Fora Pitta". Faz um chamado ao PT para constituir uma frente eleitoral que tenha "dois eixos": "Pela vinculação da campanha Fora Pitta com o Fora FHC e o FMI"; "Pela construção de uma frente dos trabalhadores contra os patrões".

Analisa que Covas manobra em favor da candidatura de Erundina contra Marta Suplicy. Considera que se pretende impedir "a vitória eleitoral do PT para evitar que se fortaleça uma alternativa ao governo FHC e sua política econômica". E conclui que cabe à candidata do PT "que tome a iniciativa de promover uma aliança a partir de dois eixos políticos básicos" (acima apresentados).

A dependência do PSTU ao reformismo é evidente, a ponto de embelezá-lo. Caracterizamos o PSTU como corrente centrista, ou seja, ora caminha para posições de esquerda revolucionária ora para as do reformismo. O centrismo reflete posições pequeno-burguesas. O eleitoralismo do PSTU dá-lhe fisionomia democratizante.

As formulações acima indicam que o centrismo desconsidera a experiência e passa por cima de seus erros. O PSTU apoiou sempre o PT nas eleições, mesmo nas presidenciais quando saiu com candidatura própria, transformada em meio de apoio a Lula ("Vote nos dois candidatos da classe", afirmava já no primeiro turno). As experiências têm demonstrado que o PT se adaptou inteiramente ao Estado burguês e cumpre um papel de freio às lutas, condicionando a CUT e os sindicatos que dirige à política burguesa. Não há exemplo em que ganhe as eleições e sua administração não se volte contra os trabalhadores, mesmo no caso do Rio Grande do Sul.

Mas vejamos exatamente agora o que faz o PT. Acaba de apoiar a propos-

ta de salário mínimo de Antônio Carlos Magalhães (PFL) de 100 dólares. Assumiu plenamente a perpetuação da miséria das massas. O PSTU refere-se ao salário de 150 Reais de FHC, como sendo "o mais baixo do mundo", porém não faz nenhuma menção à posição miserável e capituladora do PT aos 177 de ACM. Oculta a ação política do PT de submissão aos capitalistas e às forças que os representam no Estado. Pior ainda: defende o reajuste de 100% do mínimo, que o elevaria a míseros 272 reais, "rumo ao mínimo do DIEESE". Essa posição, claramente voltada a pressionar a ala esquerda do PT para uma aliança essencialmente eleitoral, coloca-se no campo da defesa da miséria das massas, da preservação da economia capitalista (que não aguentaria conceder já nem o mínimo do DIEESE, por isso a expressão "rumo a"), e desarma a possibilidade da luta nacional de massa pelo salário mínimo real. Colocando-se assim, jamais o PSTU se tornará um partido revolucionário. Seu destino é servir de ala esquerda ao reformismo.

### PCO também esconde

No panfleto "Não à Farra dos Privilegiados, às Custas dos Trabalhadores", PCO pergunta: "Quem convencerá a população da necessidade econômica e social de o salário mínimo não seja maior do que os miseráveis R\$ 180,00 como quer o PFL ou, mesmo, R\$ 280,00 como querem alguns partidos e dirigentes sindicais que se dizem da oposição ao governo?".

Observem que PCO omite quais partidos e dirigentes defendem R\$ 280,00.

O problema não está no fato de FHC decretar 151 Reais ou o PFL propor 180 Reais. Trata-se do poder burguês sustentando a exploração do trabalho. O problema está no PT e CUT se submeterem ao jogo burguês, apoiando o PFL.

O PT dirige a maior parte dos sindicatos. Juntamente com a Força Sindical, bloqueou qualquer resistência dos trabalhadores contra FHC, PFL e toda classe capitalista. A denúncia ao governo e seu

aliado PFL só tem sentido para agitar a defesa das reivindicações das massas rumo à mobilização. Para isso, o centro da denúncia recai sobre o principal obstáculo, que é o reformismo e a burocracia sindical que se abrigaram por detrás das manobras interburguesas.

Mas PCO omite, no seu panfleto, o PT, para não atacá-lo. Essa conduta é reflexo da adaptação de PCO ao reformismo e ao eleitoralismo, tantas vezes analisada e denunciada pelo POR.

Vejamos uma outra face do panfleto. Na parte de trás, propagandeia a palavra de ordem: "Por manifestações de rua contra o prefeito e a Câmara Municipal". O objetivo é chamar o PT a mobilizar contra Pitta. Convoca: "Os partidos de esquerda, em particular o PT, têm o dever de impulsionar este chamado e mobilizar seus eleitores para saírem às ruas contra Pitta." Grifamos "seus eleitores" porque mostra bem a qualificação da linha política do PCO.

O que nos interessa, no entanto, é verificar em que situação ocorre o choque interburguês em torno da denúncia de corrupção. Bem no momento em que o governo decretou os R\$ 151,00 de salário mínimo, todo noticiário reduziu o lugar do salário mínimo e estampou a corrupção. Ótimo para FHC e PFL. Ótimo para o PT e os burocratas da CUT.

Para eles, quanto mais desviar a atenção dos explorados quanto ao salário, tanto melhor. E quanto mais rápido a disputa interburguesa entre PFL e PSDB desaparecer, melhor. Chamar o PT a mobilizar seus eleitores contra Pitta, quando o PT está apoiando o salário do PFL, é bom para os reformistas. Omitir a denúncia de que o PT se coloca pela fome e miséria é melhor para a bandeira do PCO de chamar o PT a mobilizar seus eleitores. A UNE, dirigida pelo PCDoB/PT, desviou as manifestações estudantis para o "Fora Pitta". Toda esquerda seguiu os reformistas. Isso quando a tarefa central era levantar os explorados contra o salário de fome.

A vida prática vai mostrando o conteúdo do centrismo esquerdista de PCO.

**Guarulhos**

## Grande circo

No último dia 15, Guarulhos esteve em todos os jornais e canais de televisão. Lá estava estampada a cara do ex-prefeito Nefi Tales sendo preso na porta de sua casa, acusado de falsidade ideológica, formação de quadrilha e apropriação de verbas públicas. Mas eis que, no sábado, sai uma matéria na Folha Metropolitana em que seus advogados requisitaram à Justiça a transferência do ex-prefeito para um hospital, pois a umidade da cela do 13 Distrito na Casa Verde estaria agravando uma fratura em sua perna esquerda.

Requisitaram ainda uma cela no estado maior da polícia militar, alegando que é advogado e deputado aposentado. Vejam como são as coisas nesse sistema. O sujeito rouba o dinheiro público e ainda faz exigência sobre onde ficar preso.

O caso de Guarulhos assemelha-se aos da denúncia de Nicéia Pitta, que

também esteve envolvida no caso "frango-gat" e outras falcatuas.

Nos dois casos, a OAB, a imprensa e os manipuladores dos "caras-pintadas" pretendem que os trabalhadores acreditem que poderá haver solução da corrupção nos quadros da política burguesa e das instituições estatais. Querem dar a idéia de que esse mesmo poder corrupto eliminará as quadrilhas que nele habitam. Na verdade, troca-se algumas peças para manter esse mesmo poder. Ocorre que o Estado e seus políticos agem no sentido de sustentar a exploração da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora.

Os partidos que compõem a chamada frente popular, PT, PCdoB, PDT e seus seguidores, como o PSTU etc, levam ao pé da letra esse engodo, enganando os trabalhadores, para manter seus postos no Parlamento e seus sindicalistas corrompidos na direção dos sin-

dicatos.

Frederico Engels, que ao lado de Karl Marx, formulou o socialismo científico, em seu livro, "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", faz uma clara descrição de como a corrupção é inerente ao Estado. Eis uma das passagens: "O Estado burguês exerce seu poder de modo indireto, embora mais seguro. De um lado, sob a forma de corrupção direta dos funcionários do Estado. De outro lado, sob a forma de aliança de governo e a Bolsa".

É importante que os trabalhadores repudiem as falsas soluções burguesas para sua própria corrupção. Cabe aos trabalhadores a formação de comitês populares para julgar os crimes dessa corja, desses parasitas. É preciso utilizar a ação direta para derrubar esse sistema decadente e, sobre suas cinzas, erguer a nova sociedade socialista.

## Partidos burgueses e reformistas buscam alianças para as eleições

É o que vem ocorrendo em Caieiras (SP). Sabemos que não é só nesse município. O PT, PFL, PDT, PMDB e PSB estão se unindo em torno de uma mesma candidatura. O nome a ser apoiado por esses partidos é o do ex-prefeito Névio Dartora, que até então pertencia ao PFL e que recentemente debandou para o PSB.

Névio traz consigo a marca da corrupção e do nepotismo. São inúmeros os processos e condenações que comprovam o seu envolvimento na roubalheira do dinheiro público. Em sua gestão, doze de seus familiares ocuparam os mais importantes cargos administrativos e com salários altíssimos. A família Dartosa, Solange, Rubens, Marcos, Maria, Egídio, Hamilton, Mário Sérgio, Sandra, Célia, João, Gino etc, ocupou os cargos de chefia no Jurídico, Cultura, Saúde, Gabinete, Educação, Engenharia etc. Tudo isso não foi suficiente, o PT almeja uma coligação com o corrupto Névio. A aliança em torno da candidatura

depende unicamente das negociatas em relação à distribuição de cargos e secretárias.

Eis aí a conduta eleitoreira do refor-

mismo/PT. Nas eleições servem tudo, as alianças só dependem dos cargos. O PT age da mesma forma que os partidos burgueses.

## Embu Guaçu (SP): PT apoiará PSDB

No município paulista, o PT chamou uma reunião para discutir as eleições municipais. Os petistas de base se colocaram por uma candidatura própria do PT. Os dirigentes do diretório municipal defenderam o apoio ao PSDB e afirmaram que a decisão será tomada por eles, sem permitir a interferência da base. Chegaram ao ponto de afirmar que se é preciso se juntar ao capeta para chegar ao poder, então é isso mesmo que fariam.

O burocratismo e o apoio do PT ao PSDB do presidente FHC na cidade são parte da política geral do reformismo. Basta ver a intervenção da direção nacio-

nal no Rio de Janeiro nas eleições passadas, obrigando o apoio ao PDT, ou o apoio dado à proposta do PFL de salário mínimo de 100 dólares, que representa a preservação da miséria para milhões, ou ainda a opressão do governo petista do Rio Grande do Sul contra os professores.

Os militantes classistas do PT, que querem confrontar com a burguesia e o capitalismo e utilizar a intervenção eleitoral para fazer a denúncia da democracia burguesa e impulsionar a ação direta precisam romper com o reformismo burocratizado e aliado dos bandos burgueses e juntar-se à construção do partido operário revolucionário.

# Dirigentes sindicais chamam tardiamente os servidores demitidos à radicalização

Os servidores demitidos pelo governo do Estado de Rondônia ficaram acampados na praça Getúlio Vargas, numa greve que durou aproximadamente 60 dias, protestando e reivindicando em defesa do retorno ao trabalho, sob orientação do SINDSAÚDE e SINTERO. As manifestações foram bastante tímidas, não se constituindo em pressão sobre o poder público, que ficou indiferente ao acampamento dos servidores desempregados.

As programações limitaram-se a manifestações em frente ao Tribunal de Justiça, Ministério Público, Procuradoria Geral do Estado, Casa do Governador, Secretarias do Estado, Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa e celebrações religiosas com distribuição de inúmeros livros da religião cristã (Novo Testamento) etc. Membros do comando de greve enfatizavam que o movimento era formado por pessoas educadas e por isso tratavam-se de manifestações pacíficas, ao mesmo tempo em que cuidavam de controlar os servidores que por acaso se manifestassem de forma mais radical mostrando sua indignação, ou reivindicassem do comando a indicação de ações diretas que chamassem a atenção da opinião pública e dos poderes constituídos.

No decorrer da luta, por duas vezes, os servidores demitidos perderam oportunidades importantes para fortalecer o movimento e pressionar o governo para devolver o emprego dos 9600 demitidos educar-se quanto a importância das ações diretas. A primeira foi a tentativa de ocupar o Palácio do Governo, que sequer teve policiais para pressioná-los contra a subida nas escadarias com acesso à porta principal de entrada e o comando de greve convidou-os para descer. A segunda foi a ocupação da Secretaria da Educação do Estado, que durou cerca de doze horas. No entanto, mais uma vez, o comando de greve os convidou para desocupar e os manifestantes capitulam junto com eles. No dia 13/03, dia em que estava previsto o julgamento da causa dos servidores, os manifestantes tiveram à entrada no Tribunal com ampla facilidade para ocupá-lo, porém mais uma vez o comando recua e se-

guem enfraquecendo o instinto revolucionário dos explorados, perdendo oportunidades de pressionar os diversos poderes que fortalecem o Estado burguês.

Toda radicalização expressa no acampamento, críticas à forma de conduzir o movimento, sugestões que não fossem coniventes com os interesses particulares dos membros do comando (sobretudo quanto ao eleitoralismo), foram rechaçadas e inclusive as propostas de outras correntes neste sentido, não apenas eram rechaçadas, bem como realizaram-se campanhas no interior do acampamento, contra todos aqueles que os criticassem e apresentassem propostas de radicalização, aparecendo inclusive ameaças de linchamentos e expulsão do movimento, realizando-se xingações em público com diversas adjetivações citando nomes das pessoas não gratas para eles, principalmente militantes do Partido Operário Revolucionário, mandando todos irem para o inferno e desaparecerem do acampamento. Atitudes como estas foram expressas pelo professor Nereu e José Wildex - membros da diretoria do SINTERO, que contribuíram sobremaneira para afastar inúmeros militantes do movimento.

Por alimentarem ilusões nas massas quanto a solução dos problemas que lhes afligem, os dirigentes sindicais levaram o movimento ao fracasso, pois jogaram todo peso da luta no distracionismo legalista/eletoreiro dos tribunais e parlamentos burgueses, chamando atenção para o cuidado nos votos das próximas eleições e em meio a dor daqueles que ficaram na extrema miséria, membro da diretoria do sindicato - o professor Manoel Rodrigues se anunciou como candidato a ser escolhido nas eleições pelos servidores demitidos. É por motivos como estes que rechaçam a luta revolucionária, caluniam e delatam para a repressão militantes de outras correntes, principalmente do Partido Operário Revolucionário (POR) que se opõe radicalmente ao eleitoralismo, que só reforçam ilusões, prometendo resolver os problemas das massas, quando a solução para todas as mazelas vivenciadas pelos explorados encontra-se na destruição do capitalismo, pois a profunda crise deste sistema de

exploração do trabalho, a cada dia retira conquistas dos trabalhadores conseguidas às custas de sangue derramados e de vidas que tombaram na luta. Não podemos esquecer que se encontra tramitando no Congresso Nacional para ser votada a queda do ponto 7 da constituição que trata dentre outras questões, do 13º, férias e licença maternidade.

Tal como havíamos chamado a atenção dentro do movimento, quanto a necessidade de programar e efetivar ações radicais próprias do instinto revolucionário dos explorados através dos métodos de ações diretas como forma de pressão sobre a burguesia, a longa espera de mais de um mês, através de manifestações tímidas, levou o movimento ao fracasso, pois o governo ganhou na justiça com uma votação de dez a zero. Na caminhada para a frente do Tribunal de Justiça, membros da diretoria dos sindicatos distribuíram para cada manifestante duas moedas de 5 centavos, caso perdesse a questão arremessar em direção à porta de entrada do Tribunal, o que gerou uma certa desconfiança de que eles já sabiam da derrota, até porque encaminharam um ato semelhante, quando receberam o parecer do Ministério Público favorecendo o governador Bianco, contrário a readmissão dos servidores do Estado. Terminado o julgamento segunda-feira, 20/03/2000, com uma derrota de dez a zero em favor do governo do Estado, um dos componentes da comissão de organização do movimento chama tardiamente a base para radicalizar, convidando-os para quebrar o Palácio e não para ocupá-lo e, além do mais, diante de cerca de 200 policiais militares que correram para a frente do Palácio em disparada. Diante da indignação com a presença do cordão de soldados que protegia o Tribunal, os dirigentes da manifestação saem com o carro de som, deixando alguns manifestantes isolados se confrontando com os PMs, enquanto outros componentes da liderança sindical tentavam acalmar em vão a fúria dos manifestantes indignados e formavam também um outro grande cordão tentando afastar os manifestantes da investida contra a força repressiva do Estado burguês.

Os policiais que se encontravam protegendo o Tribunal e os desembargadores seguem para o Palácio do Governo e começam a espancar os manifestantes que tentavam penetrar, deixando um saldo de cerca de 17 feridos, em sua maioria manifestantes desempregados. O confronto terminou quando os policiais algemaram um dos dirigentes do SINDSAÚDE, mas os manifestantes se puseram na frente e ao redor do veículo da polícia, exigindo a liberdade do sindicalista e que foi logo liberado.

Uma mulher desempregada que resistia a saída do veículo pulava na frente do carro repetindo que nada mais importava para ela, pois o que tinha de melhor era o seu emprego e já tinha perdido. Inúmeras pessoas chegaram ao desespero e depressão logo após a publicação das demissões no mês de janeiro, com saldos de suicídios e mortes súbitas. Desta vez, alguns também não resistiram. Uma servidora, logo que soube do resultado, foi para casa e ateou fogo no corpo, se encontra em estado grave no hospital, além de outras pessoas que desmaiaram e outros que precisaram ser hospitalizar. Por outro lado, as ilusões legalistas continuam sendo alimentadas entre os servidores, quando os sindicatos ainda põem todas as esperanças, apelando para o STJ, insistindo na segurança da justiça e legalidade burguesa, mesmo tendo os exemplos das perdas das conquistas históricas dos trabalhadores, que conquista-se um direito hoje sob pressão da luta, amanhã já estarão retirando.

No dia seguinte, 21/03/2000, o acampamento foi desfeito e todo material utilizado foi incendiado em protesto pelos manifestantes. O fogo durou três horas aproximadamente, pois o corpo de bombeiros foi impedido de agir. Naquele momento, quando membros da diretoria do sindicato escuta algumas críticas quanto à forma de condução do movimento, um dos integrantes da diretoria do SINTERO aponta o professor Jean, militante do PCdoB, como P2 infiltrado no movimento. O professor Jean foi espancado por manifestantes, estimulado pela prática gangsteril que vem se aprofundando dentre membros da diretoria do sindicato. Na tarde do mesmo dia configura-se ato semelhante no interior do SINTERO, desta vez a vítima foi o professor Adailto Noletto que participou ativamente durante os quase 60 dias de luta, como servidor demitido, foi apontado como autor de boletins que criticam atitudes da diretoria do sindicato.

Perguntamos ainda: como os companheiros tanto falam na conquista da democracia, quando no interior do movimento não funciona a liberdade de imprensa e da palavra? Os companheiros de luta criaram um serviço de informação e de repressão no interior do movimento à semelhança do processo de democracia burguesa - só para uns poucos (àqueles que falam, fazem e aceitam submissamente toda política de luta indicada por eles), não aceitam nem sugestões nem críticas. Onde fica a democracia operária? Esta precisa ser

conquistada.

Problemas como estes comprovam as teses revolucionárias da necessidade de unificação da luta de todos os explorados e da prática das ações diretas como forma de luta pela conquista das necessidades vitais imediatas (emprego, moradia, assistência a educação, saúde etc.), vinculando a necessidade da luta pela destruição do capitalismo, até a vitória final, construindo o socialismo (período de transição para o Comunismo - sociedade sem exploradores e explorados, pois acaba com a luta de classes). Tudo isso comprova ainda a necessidade da construção de entidades de luta (CUT e sindicatos filiados, entidades estudantis, associações de bairro etc.) com direções revolucionárias capazes de aglutinar estas lutas contra o capitalismo.

Quando os explorados compreendem e acreditarem na força de sua organização e unidade de sua luta, perdendo ilusões legalista/eleitoreiras e construir direções revolucionárias para as entidades, aí sim, esta unidade potenciará as ações diretas das massas no sentido de desapropriar as grandes empresas da burguesia, dela arrancando toda riqueza que se concentra em suas mãos, advindas da superexploração do trabalho, ficando estas sob controle dos trabalhadores, estabelecendo a ditadura do proletariado (poder de uma maioria) sobre a minoria exploradora (burguesia) construindo o socialismo - fase de transição para a sociedade sem classes - o comunismo.

## **Greve Geral no ensino público do Rio Grande do Norte**

No dia 29 de março, em assembléia, os trabalhadores em educação do Estado e os professores da rede municipal de Natal entraram em greve geral por tempo indeterminado. A mesma vinha sendo prorrogada desde o ano passado pela direção do SINTE. No final de 1999, uma assembléia unificada aprovou o indicativo de greve para o início do ano letivo de 2000. Na assembléia do dia 15/3, a direção ainda tentou desmarcar mais uma vez o indicativo, quando defendeu contra a proposta das correntes de oposição (MTS e a Corrente Proletária) uma as-

sembléia para o dia 13/4 e foi derrotada na proposição de deflagração da greve a partir do dia 29/3.

### **A situação da escola pública no RN**

A crise da escola pública na cidade de Natal e no Estado do RN demonstra claramente a falência e a crise do capitalismo, onde os serviços públicos estão totalmente sucateados. Na rede estadual, se propagandeou de que es-

tavam sobrando vagas. Mas, em entrevista concedida a uma TV, a Secretária da Educação de Natal apresentou o déficit escolar. Natal precisaria construir 21 escolas com no mínimo 12 salas de aula para atender a demanda escolar. Se a Secretária tornou público esses dados é porque a falta de salas de aula é ainda maior, o que significa que muitas crianças estão fora da escola. Outra consequência é superlotação, pois encontramos escolas com 65 alunos por salas. Outras escolas implementaram o



## **A greve deve ocupar as ruas, avenidas e os bairros**

Essa greve deve ir para as ruas, praças, bairros populares, ou seja, discutir com a população e a massa em geral a necessidade da defesa da escola pública, dos salários e dos empregos. A direção do SINTE deve organizar as atividades e manifestações de rua, que mobilizem todos contra a diretriz neoliberal no ensino público, que está destruindo a escola pública no nosso Estado e em todo o país.

### **Lula em Natal e o salário mínimo de R\$180,00**

Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, esteve em Natal no dia 28/3, para participar da Frente Popular, formada pelos partidos (PT, PCdoB e PDT), e também do ato dos estudantes e do Fórum de Lutas. Em seu pronunciamento, de quase uma hora, defendeu o salário mínimo de R\$180,00 e avaliou que nessas eleições o PT vencerá em várias prefeituras por todo o país e nas próximas eleições mais algumas prefeituras e parlamentos e depois tomaria todo o país.

Essa é a visão eleitoralista do PT reformista, que defende uma reestruturação no aparelho do Estado capitalista, uma reforma em suas instituições burocráticas e corrompidas. A tática para essa tão sonhada mudança será a da disputa eleitoral e a mais ampla aliança. As eleições são parte do poder econômico.

A posição de Lula defendendo o salário de fome corresponde à política que o PT fará no poder do Estado, caso chegue à Presidência da República. Nenhum partido, por mais reformista que seja, que venha a comandar o Estado, poderá contrariar as leis de funcionamento do capitalismo, que em sua essência é a da exploração do trabalho e acumulação de capital. O reformismo é um instrumento da burguesia para enganar os trabalhadores e amordaçar a sua luta revolucionária.

chamado rodízio de aulas, ou seja, algumas turmas assistem aulas em determinadas semanas enquanto outras ficam em casa.

Além desses problemas, há falta de carteiras, o que impossibilitou o início do ano letivo em algumas escolas. Faltam professores, principalmente na rede estadual, e as reformas físicas das escolas (Estado/município) encontram-se em plena morosidade. Mas, de todos esses problemas, um se destaca: os baixos salários dos professores e funcionários; no Estado, um funcionário tem como salário R\$ 9,60, e uma complementação de abono chegando ao salário mínimo, que era de R\$136,00. Para o professor do 2 grau, o salário base é de R\$ 40,00, e com abono e a gratificação do FUNDEF chega a R\$ 327,00. O professor licenciado (graduação) recebe o salário base de R\$ 96,00, também tem um abono ao salário que, junto à gratificação do FUNDEF, chega a uma média de R\$ 450,00. Na rede municipal, a situação só é diferente na composição dos salários, porque não há abono, mas inclusive os salários se tornaram mais baixos: o professor com 2 grau (iniciante) recebe R\$ 324,00 e o graduado, em média, R\$ 436,00. Como podemos ver, é uma situação de fome e miséria a que estão submetidos os trabalhadores em educação do RN. É por isso que muito cumprem as jornadas de trabalho estafante na rede privada e outros ao subemprego como vendedores ambulantes etc.

### **Fortalecer a greve para garantir as reivindicações e defender a escola pública**

A categoria não tinha outra saída que não fosse a greve. É preciso, agora que se estenda a todo o interior do Estado para garantir seu fortalecimento. A direção do SINTE deve imediatamente convocar todas as regionais para unificar e garantir a greve no interior do Estado. Deve se constituir um comando estadual de greve. A greve deve ocupar as ruas das cidades. Em Natal, devemos ocupar as avenidas, irmos aos bairros populares. A prefeitura de Natal está colorindo a cidade

para se apresentar ao turismo, devemos também colorí-la mas com faixas, cartazes e manifestações da greve. As escolas devem preparar atividades de greve como debates com a comunidade escolar, elaborar uma carta aberta aos pais e alunos e organizar seus comitês de base para assegurar a paralisação até a vitória convocando assembléias por escola com a finalidade de fortalecer a luta e responder aos ataques do governo Garibaldi e da prefeita Vilma.

### **As reivindicações da greve**

A pauta de reivindicações que a direção do SINTE apresentou em seu boletim e na assembléia deve ser rechaçada pela categoria, pois é rebaixada e defende um salário de fome. No Estado, defendem como eixo da greve a incorporação do abono e das gratificações e aprovação do PCCS. Essa defesa mantém os salários rebaixados, pois a incorporação por si só não trará nenhum reajuste real. Na prefeitura, propõem um reajuste de 45% que, incrementados aos salários, os mesmos continuarão muito abaixo da média de um salário real que atenda às reivindicações dos trabalhadores. Por isso, se faz necessária a defesa da escala móvel dos salários, que assegure o aumento automático de acordo com subida dos preços dos artigos de consumo. Nesse sentido, para os trabalhadores do Estado e do município, é claro que a incorporação do abono e da gratificação são importantes na pauta da greve, mas não podem ser a reivindicação central da greve no Estado. Outro ponto importante na pauta de reivindicações é a defesa da escola pública e gratuita, que se concretiza na luta para pôr abaixo o plano de cargos, carreira e salário da prefeita, aprovado em 1998, que retirou várias conquistas da categoria, como o acesso vertical e outras hoje defendidas pela direção do SINTE. Lutar também contra todas as reformas educacionais implementadas como: ciclos básicos, adequação da LDB (aumento da jornada de trabalho) e outros.

## Boletim da Corrente Proletária Estudantil

# Contra a obrigatoriedade do fardamento.

## Fardamento gratuito financiado pela escola

Mais um ano letivo que se inicia e, ao adentrarmos na escola Polivalente, "modelo" de Fortaleza, nos deparamos com os mesmos problemas que os alunos já estão acostumados a enfrentar: falta de professores, insuficiência de funcionários, infra-estrutura precária (péssima iluminação no colégio), laboratório desativado etc. já não bastassem estes problemas enfrentados diariamente pelos estudantes, nos deparamos logo no início do ano com o núcleo gestor (a direção) que, de forma autoritária e intransigente, quer impor o fardamento, delimitando prazo para compra e colocando a exclusão do aluno se não obtê-la.

Usando o argumento de que a farda inibe a ação de gangues e da violência na escola, esses senhores encobrem as verdadeiras causas da violência entre os jo-

vens: o crescimento em nível mundial do desemprego, a quebra das conquistas sociais dos trabalhadores e estudantes (meia-passagem), o desmonte da educação etc. Diante de tais atos de violência empregados pelo Estado, a juventude é empurrada para o submundo das gangues e das drogas. Disso tudo podemos concluir que a violência é fruto do capitalismo decadente e não será o fardamento obrigatório que irá pôr fim a esse problema, pelo contrário só a luta consequente contra o desemprego poderá acabar com a violência.

Defendemos que o Estado é que deve dar gratuitamente a farda. Além do estudante trabalhar para ajudar no sustento da família, comprar material didático, pagar passagem, ainda tem que comprar a farda. Qual deve ser nossa atitude diante disso tudo? Precisamos organizar

nossa luta em defesa das nossas reivindicações perante a direção da escola e das ofensivas de FHC/Tasso e Juraci contra a educação. Organizar uma assembleia amplamente participativa com a presença dos estudantes, professores e funcionários, eis no momento nossa tarefa principal; como também organizar um grêmio reforçará nossa luta política, na garantia de uma verdadeira representação estudantil.

Abaixo a obrigatoriedade do fardamento! Fardamento gratuito, financiado pelo estado!

Contratação imediata dos professores concursados!

Concurso público para funcionários efetivos já!

Reativação do laboratório já!

Abaixo a reforma educacional (Enem, Fundef, PEC's privatizantes)

# Todo apoio à paralisação dos professores do município de Icó (CE)

Os professores da rede municipal de ensino de Icó (CE) paralisaram suas atividades para reivindicar o aumento no salário base de 40%, custeio deslocamento, Plano de cargos e carreiras (PCC), bolsa dos professores universitários de R\$ 65,00 e a legalização dos contratos.

A categoria vinha se mobilizando contra o prefeito Neto Nunes desde o ano passado, pois em janeiro de 2000, em assembleia geral realizada pelo sindicato dos professores da Rede de Ensino Público de Icó (SINDPREMI), se não houvesse a nomeação de todos os professores concursados até o final do mês, não voltariam para as salas de aula. Assim que o sindicato comunicou a Secretária de Educação do Município, o senhor Prefeito nomeou os professores concursados rapidamente.

Novamente, os educadores em assembleia decidiram fazer uma passeata contra os baixos salários e as péssimas

condições de trabalho como sendo um indicativo de paralisação. Numa localidade no sertão central, que é uma terra dominada pelo coronelismo, os professores e a Corrente Proletária na Educação não se intimidaram e saíram às ruas para denunciar o desvio de verbas do Fundef e o plano de fome e miséria de Neto Nunes.

A categoria em assembleia geral em 26 de fevereiro apontou a paralisação para o dia 13 de março por tempo indeterminado, caso suas reivindicações não fossem atendidas pelo governo municipal. Apesar de todas as ameaças, terrorismo, perseguição e repressão, os docentes não retornaram às salas de aula e, conseqüentemente, o prefeito prometeu atender as reivindicações.

A Corrente Proletária na Educação (POR), em todas as assembleias, colocou sempre que a paralisação da categoria levaria a conseguir as reivindicações, como foi no caso da nomeação das mes-

mas porque já houve outros concursos sem nomeação. Como agora, a paralisação sendo a única forma para conseguir a pauta de reivindicações.

Na última assembleia extraordinária para decidir o fim da paralisação, a CPE interveio colocando que a categoria não poderia cair novamente na promessa do Prefeito, como ocorreu anteriormente. Neste sentido, até o dia 10 de abril, caso as reivindicações não venham no contracheque, paralisariam outra vez. E ainda, a luta dos educadores deveria ter por base um salário mínimo de 1900 reais para atender as suas reais necessidades vitais. A luta consequente por isso levaria a destruir o sistema capitalista e derrubar do poder a burguesia e latifundiários, chegando à revolução social.

Todo apoio à paralisação dos professores do município de Icó!

Abaixo a repressão do poder municipal ao movimento dos professores!

## **Professores Municipais:(SP)**

# **Rejeitar a proposta eleitoreira da burocracia sindical. Aprovar as reivindicações da classe e o método grevista**

A manifestação dos professores da rede municipal de ensino ocorreu no dia 28/03/00 com o eixo nas seguintes bandeiras: aumento já, Fora Pitta e CPI Já.

A diretoria do SINPEEM (PCdoB) aproveitou-se dos escândalos de corrupção no município e do ato para iludir os trabalhadores em educação com a possibilidade de reajuste de 25,32%, contando com a abertura de negociações por parte da Prefeitura.

“Aumento vinculado ao projeto de reestruturação”, esta foi a resposta dada ao presidente do SINPEEM pela comissão que o recebeu, isto é, “você aceitam a reestruturação (novo plano de carreira) que terão aumento salarial”.

O plano de carreira é o mesmo que o governo anunciou no final do ano passado: eliminação de conquistas, a exemplo do fim da JEI (Jornada de 25 em sala de aula e o restante em reunião coletiva e individual, completando 40 aulas), ou seja, o governo quer aumentar a superexploração do trabalho.

Diante de tal situação, o sindicato se viu obrigado a chamar os trabalhadores em educação para um novo ato com caráter de assembléia para o próximo dia 06/04, na Av. Paulista.

## **APEOESP: abaixo a campanha eleitoreira dos 5 salários mínimos! GREVE para combater a reforma privatista, o desemprego e defender o piso salarial de R\$ 1900,00**

Diante do desemprego, do arrocho salarial, da superlotação de salas de aula, e outros problemas oriundos da reforma privatista de Covas, qual foi a posição do Conselho Estadual de Representantes da Apeoesp, na reunião de 17/04?

Novamente, aprovou a proposta da diretoria do sindicato, Articulação(PT)/PCdoB, de um reajuste de 5 salários mínimos. A proposta é demagógica, e não significará a resistência do magistério e o combate às medidas governamentais. Ao contrário, servirá aos objetivos eleitoreiros da burocracia sindical.

Dizemos isso porque foi aprovada uma campanha salarial enquadrada nos propósitos do governo do PSDB. Tanto é verdade que a reivindicação central é a de um piso emergencial de 5 salários mínimos, valor prometido por Covas nas eleições. Essa reivindicação atraiu os demais setores pelegos do magistério, CPP, UDEMO, APASE. Os burocratas acreditam que sem greve e com um pouco de pressão sobre o governo alcançarão as promessas eleitorais. A unidade não passa de mera formalidade, pois está se dando na cúpula como meio de substituir a verdadeira unidade, que é a de base a ser construída com a greve. Os burocratas também apostam que com essa campanha frouxa poderão resgatar a imagem das entidades, abalada nos últimos anos com os ataques do governo e com o imobilismo.

Finalmente, para demonstrar o eleitoralismo dessas direções, tal campanha é parte de uma campanha nacional proposta pela CNTE, baseada em manifestações, atos no mês de abril para pressionar o Ministério a instalar uma CPI do FUNDEF e apurar o desvio das verbas. Ora, todos sabem que dificilmente as verbas chegam às escolas, devido à corrupção que é inerente ao sistema capitalista apodrecido. No entanto, a burocracia sindical, ao propor a criação de uma CPI, tenta iludir os trabalhadores com a possibilidade dos partidos burgueses acabarem com a corrupção. Os mesmos que aprovaram o FUNDEF.

Como se vê, a campanha que se inicia está enquadrada no marco da disputa interburguesa, onde os sindicatos serão utilizados não para desenvolver a luta de classes, mas sim para fazer a demagogia eleitoreira. Infelizmente, esse debate não pôde ser realizado corretamente no CR, devido seu alto nível de burocratização, imposto pela diretoria. Mas a polêmica em torno do piso foi feita às duras penas. Somente o POR defendeu o salário mínimo vital, hoje em torno de R\$ 1900, combinado com a redução da jornada de trabalho, como forma de lutar contra o desemprego. Demonstrou que é um piso não só para o magistério, mas que é o mínimo necessário para uma família de 4 pessoas sobreviver. E que portanto, é um

Nós, do POR, rechaçamos esta campanha salarial de fome e convocamos os professores para a assembléia com a perspectiva da construção da greve e unidade com os professores da rede estadual, que já estão em campanha salarial.

### **- Por um salário mínimo real de 1900 reais, com jornada de 20 horas/aula com aluno.**

Paralelo ao aumento já, teve também a companhia eleitoreira de Fora Pitta e CPI Já.

A diretoria do SINPEEM utiliza-se do sindicato para campanha meramente eleitoreira. Manobra com o descontentamento dos professores para pressionar a Câmara Municipal a instalar a CPI. Coloca-se na defesa de um setor burguês contra outro.

Devemos rechaçar esta conduta traidora e eleitoreira.

### **- Que os sindicatos sejam instrumentos de luta de classes**

- Nada de burguês julgando burguês. Pelos Tribunais Populares e não as CPIs.

piso que impulsiona o choque da maioria nacional oprimida em defesa de sua sobrevivência, contra o governo burguês que insiste em mutilar milhões de seres, oferecendo R\$ 151. Nesse regime de “escravidão” assalariada devemos defender o necessário para manter as vidas das massas oprimidas e não o que o governo e sua burguesia podem pagar para se manter enquanto classe dominante. Queremos desenvolver o choque de classe e não fazer disputa eleitoreira e demagógica em torno de migalhas, rebaixando as reivindicações, como fazem os reformistas e as correntes eleitoralistas. Por isso, além de combater o piso de 5 mínimos, rejeitamos também o piso do DIEESE, pois o valor de R\$ 930 também está rebaixado. Os cálculos do DIEESE de salário para uma família de 4 pessoas têm servido aos interesses de preservação do sistema de exploração do trabalho.

É preciso que o magistério rejeite a proposta das direções sindicais e os cálculos rebaixados do DIEESE, e aprove o piso de R\$ 1900,00. Por outro lado, há que rechaçar o eleitoralismo e o “pacifismo” pequeno burguês das direções sindicais e aprovar a ação direta. A greve é o único instrumento de fato que constrói a resistência do magistério à reforma privatista. Abaixo a campanha eleitoreira! Pela greve nacional do magistério para lutar pelo piso salarial vital, contra o desemprego e o fim da reforma.

AFUSE/SP

# Direção do sindicato bloqueia a luta da categoria

A proposta de plano de carreira apresentada pela diretoria da AFUSE não é nada mais nada menos do que um grande rebaixamento das reivindicações de nossa categoria. Uma das reivindicações é a incorporação (no salário base), de três gratificações: que se somadas chegam (no caso de Oficial de Escola) a R\$ 70,29. A diretoria apresentou uma proposta de plano de carreira que não é diferente daquela imposta ao professorado pelo governo. Tudo dentro das verbas disponíveis (a folha de pagamento não poderá ultrapassar os 60% do orçamento). Depois de três anos e de muitas negociações, mesmo estando diante de uma proposta que não apresenta melhorias de condições de trabalho ou salarial, a secretária da educação enrola a burocracia sindical. Esta, por sua vez, ilude os trabalhadores afirmando que poderemos ter alguma conquista com esse plano de arrocho salarial e algumas outras migalhas.

Não podemos deixar de dizer que um setor da categoria (o Quadro de Servidores Estaduais, QSE), fica de fora do tal plano. Por isso, a grande bandeira do plano de carreira, que a diretoria propõe à categoria dos funcionários de escolas (somente para o quadro do QAE), foi uma exigência da Secretaria da Educação. Não passa de uma grande enganação.

Esta é a forma que a diretoria sindical encontrou para evitar a luta pelas reivindicações vitais dos trabalhadores. A diretoria do sindicato espera as promessas do governo e, como consequência, tem uma política imobilista diante de tantos ataques.

## **Secretaria da Educação propõe mudança de módulos e acena para maiores demissões no setor.**

Enquanto o governo Covas enrola nas negociações, a secretária da educação elaborou um novo módulo escolar, que aponta para no mínimo 6 mil demissões (dados da própria AFUSE). Esta proposta de mudança é parte da campanha do governo de sucatear a educação e do ataque ao nosso emprego. Foram estes os passos dados: 1º - a Reestruturação, 2º - a Municipalização, 3º as Contratações pela APMs, FDE etc., e, por último, o subemprego que tem o nome de frentes de trabalho. Isso eliminou, nestes anos de governo Covas, 20 mil funcionários da rede. Agora com as mudanças de módulos escolares se pretende acabar com 1 funcionário por cargo em cada escola. Esta é a política do governo para os funcionários de escolas: demissão.

Isto a diretoria do sindicato não consegue enxergar. Por mais que se rebaixem as reivindicações, e se as adaptem a política do governo, este manterá o arrocho dos salários, e continuará a implantar a terceirização no setor administrativo da educação.

## **Uma campanha salarial eleitoreira**

Nesta campanha salarial, a burocracia do sindicato diz que fará uma "grande pressão ao governo". Como eles mesmos dizem, "agora é a hora para pressionar", por que falam desta maneira? Porque no final do ano teremos eleições e aqueles que acreditam na via parlamentar para resolver as questões dos trabalhadores, acham que este é o momento.

Para a diretoria da AFUSE, a luta pelos minguados 5 mínimos não passa de "utopia" (mesmo este mínimo que não supre as necessidades da classe).

Para eles, a pressão parlamentar poderá fazer com que o governo implante o plano de carreira, segundo a diretoria, "aqueles que ganham miseráveis salários, basta um pouquinho, para acharem que estão ganhando melhor e por algum tempo se contentam", esta é a opinião da diretoria do Sindicato. E fica evidente que reivindicando aquilo que o governo pode "dar" não precisa de muita luta.

## **Por uma verdadeira campanha**

A defesa de nossas reivindicações passa pela organização da luta para enfrentar o governo. O reajuste dos salários, um verdadeiro plano de carreira e o fim das demissões não virão das negociações da burocracia sindical e o governo.

A unidade com todos os trabalhadores da educação é fundamental para derrotar a política de Covas. Daí a necessidade de assembleias conjuntas, comandos de mobilização unitários etc., para aprovar uma greve unitária contra o governo que destrói a educação pública.

Nossas principais reivindicações: salário real de 1.900,00, efetivação de todos os que trabalham na escola, concurso público imediato, nenhuma mudança nos módulos escolares que provoquem demissões, por um plano de carreira discutido e elaborado com as reivindicações vitais da classe, com total independência da política orçamentária do governo e total independência da política (sem colaboração de classe), ação direta e apontar a greve com método de luta para arrancar nossas reivindicações.

**Reproduzimos abaixo boletim da Corrente Proletária Estudantil que convocou reunião para formação de chapa ao CA de Pedagogia da UERN em Mossoró (RN)**

## **Construir um CA de pedagogia que defenda a revolução social**

O curso de pedagogia sofre as consequências da política burguesa do governo Alves (PMDB) de sucateamento e privatização do ensino superior. O problema é que a classe capitalista quando tem seu sistema em crise, retira investimentos dos serviços sociais para manter seus lucros. Desta forma é que podemos afirmar que a crise da educação é fruto da crise do capitalismo.

O jubileamento de 18 estudantes só neste semestre, o curso de Proformação e a ameaça de fechamento do curso são apenas algumas das consequências específicas do curso de Pedagogia. Tudo isto é feito a revelia das estudantes.

Para se contrapor a esta realidade é preciso defender uma Universidade aberta ao povo explorado. Isto significa defender a soberania das Assembléias universitárias com voto igual entre os

três segmentos - só devemos aceitar as decisões votadas em fóruns onde haja a participação irrestrita dos estudantes -, reitoria tripartite (com representação de funcionários, professores e estudantes, com maioria estudantil), fim dos vestibulares, expropriação do ensino privado, ensino laico e vinculado a produção social (união entre a teoria e a prática).

Esta proposta de universidade não é possível no capitalismo. A burguesia precisa manter a dominação da burocracia universitária, principalmente a docente, para perpetuar seu poder. Os professores possuem laços com a classe dominante, participam como executores e/ou mentores intelectuais dos seus projetos, neste sentido, em geral, são incapazes de romper com a influência capitalista nas universidades.

Somente os estudantes, pelos seus la-

ços estreitos com a classe trabalhadora - quando não são eles mesmos trabalhadores - podem romper com a Universidade burguesa. Para isto é preciso a aliança operária-estudantil. Ela realiza-se na defesa do governo operário-camponês, em não aceitar o desemprego, defendendo a distribuição das horas de trabalho por todos os aptos ao trabalho, reforma agrária com expropriação do latifúndio e a socialização meios de produção (grandes indústrias e comércios), enfim, pela destruição do capitalismo (revolução social).

É neste espírito que a *CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO* convida as estudantes de pedagogia a discutirem uma chapa para o Centro Acadêmico, na hora do intervalo, que contribua para a transformação da sociedade.

## **A Revista Proletária da Educação é estudada no CEM**

Na Casa dos Estudantes de Mossoró (CEM) foi realizado um estudo sobre o artigo da Revista Proletária da educação nº4, "Por que a unidade entre o trabalho manual e intelectual?" de Rose Marie Vargas, militante do POR boliviano que dedicou toda sua vida a luta revolucionária. Abaixo um resumo de algumas de nossas discussões.

Não existe um reflexo mecânico entre a realidade e o pensamento. Desta forma, a experiência pura não é conhecimento. A experiência sensorial é o primeiro passo para o conhecimento. Mas é preciso a generalização teórica para se alcançar o conhecimento das leis de desenvolvimento da realidade.

Mas se o pensamento depende da posição do homem no processo de produção, como podemos dizer que chegamos ao conhecimento da realidade?

Não há uma passagem direta da realidade ao pensamento. A realidade passa primeiro pela percepção sensorial e é expressa através das idéias. Teo-

ria e prática constituem uma unidade dialética da qual a prática é que é o critério da verdade. O retorno a realidade é importante para se comprovar a teoria. Trata-se de cumprir o ciclo de prática-teoria-prática. Somente assim pode-se entender o conhecimento como transformação. Conhecer significa transformar e neste processo se transformar.

### **O conhecimento trabalhado nas escolas**

O alfabeto é um auxiliar no processo do conhecimento mas não substitui a atuação do homem no processo produtivo (prática). Esta atuação é que permite o desenvolvimento integral do homem. Ao mesmo tempo, ao percorrer todas as esferas da produção social, pode descobrir sua própria vocação.

As escolas não trabalham, portanto, com o conhecimento mas com a memorização, com a melhor maneira de trans-

mitir um conhecimento pronto. A aprendizagem é verificada através da repetição por memória do conteúdo transmitido. Por mais crítica que seja, o fundamental - repetição memorística - não muda.

A prática a que se refere não é de laboratório. Nos laboratórios o que há é um adestramento para solução de possíveis problemas da vida real. Isto é um ensino mecânico porque ao fugir do receituário não se consegue resolver o problema.

A verdadeira unidade entre a teoria e a prática só é possível com o poder político nas mãos dos operários. Organizadores da produção social e, desta forma, fiéis conhecedores de todo o processo de trabalho, por fim a alienação e permitirá ao homem novo se harmonizar entre o trabalho manual e intelectual ao conhecer diretamente o processo de produção e nele poder intervir com o que já conhece para sua transformação.

# Embaixador de Cuba defende globalização solidária

O embaixador de Cuba, ao visitar a Universidade de Mossoró (RN) proferiu uma palestra à comunidade. Nela defendeu a “globalização solidária” e a “democracia proletária” existente em Cuba (sic!).

A “globalização solidária” seria a relação internacional entre os países respeitando seus desenvolvimentos e trocando mutuamente seus conhecimentos tecnológicos. O embaixador utilizou esta terminologia para se contrapor a “globalização neoliberal” que visa a exploração dos países pelo imperialismo.

O fato é que a burocracia castrista de Cuba caminha a passos largos na sua adaptação ao regime burguês. Neste sentido é que ela transita entre os termos da burguesia, abandona a terminologia marxista e adere à da burguesia acreditando poder fornecer novo conteúdo, modificando algumas palavras.

Não existe possibilidade de se constituir uma “globalização solidária”. Globalização é um termo ideológico da burguesia para justificar a recolonização dos países semi-coloniais. O Internacionalismo Proletário se contrapõe a globalização capitalista uma vez que tem por estratégia final a construção da união mundial dos países socialistas. Somente o Internacionalismo Proletário é capaz de sustentar as bases para uma cooperação mundial entre os países como iguais.

Sobre a democracia operária, o embaixador foi feliz ao diferencia-la da democracia burguesa existente no Brasil. Porém, ao afirmar a existência da democracia operária em Cuba, deturpou os ensinamentos de Marx e Engels. Não há democracia operária

em Cuba, mas uma burocracia privilegiada que usurpou o poder e que oprime a maioria. Para haver democracia operária, o poder político e econômico deveria estar diretamente nas mãos dos operários e camponeses e os partidos defensores do sistema socialista cubano deveriam ser legalizados, mesmo que se opusessem a política interna e externa de Fidel.

A democracia operária cubana será instituída quando a burocracia termidoriana castrista for derrubada do poder pela revolução política realizada pelas massas trabalhadoras lideradas pela classe operária. Para ajudar no avanço deste processo, os revolucionários no Brasil devem lutar pela conquista do poder político nacional como parte do processo de destruição internacional do capitalismo. Desta forma, construindo laços de cooperação com Cuba, dirigir o conjunto da humanidade para o socialismo.

## PC do B mostra o futuro do castrismo

O PC do B utilizou do direito a voz e se solidarizou com o embaixador cubano e congratulou a administração da universidade de Mossoró (RN) pela “revolução” cultural a que estava liderando na região, ao realizar convênios de cooperação com Cuba. Apesar das “diferenças menores com a administração da universidade” o presidente do estalinismo local felicitou o Reitor dos Rosados - oligarquia local, há pelo menos 20 anos no poder - pelo curso de doutorado que está patrocinando em

convênio com Havana (Cuba).

O presidente do estalinismo local mostra sua igualdade política com a burocracia universitária que mantém as relações burguesas na instituição, afirmando ter “diferenças menores” com a atual gestão. Por outro lado, demonstra leviandade total ao desconsiderar os laços do Reitor com a família oligárquica local dos Rosados. Além disso, o PC do B mostrou ignorância política na compreensão do doutorado da UERN.

O doutorado da UERN existe devido a imposição da Avaliação Institucional do MEC que visa a diminuir a quantidade de universidades públicas pelo país. O reitor então firmou um convênio com Havana com o intuito de obter uma quantidade grande de doutores rapidamente e barato para cumprir com uma norma da Avaliação Institucional. Não é pelo compromisso de melhorar a qualidade do ensino da universidade nem tão pouco uma preocupação com a melhoria cultural da região, mas meramente submissa aos ditames da fração burguesa brasileira pró-imperialista no poder.

A prova disto basta olhar para as condições colocadas para os professores doutorandos se qualificarem: não foram liberados do trabalho, adquirem bibliografia e outros materiais para o estudo do seu próprio salário de 5 anos (no mínimo) de defasagem. Nesta situação pergunta-se que formação terá este profissional formado. Mas esta não é a preocupação do reitor da burguesia.

**Publicamos abaixo trecho do boletim da Corrente Proletária Estudantil distribuído na UNIR (RO)**

## Defender a Escola Pública pressupõe defender a luta de todos os explorados

O crescente desemprego, o aprofundamento de estado de miséria das massas, expressam o processo de desintegração do capitalismo em escala mundial. Tudo isso, trata-se do reflexo da crise de superprodução de mercadorias que levam os países imperialistas a intensas brigas pelo domínio de mercados para consumir o grande excedente de produção acumulado nas mãos da burguesia nacional e internacio-

nal. Os países imperialistas, sobretudo os Estados Unidos, que lideram a briga pelo domínio dos mercados, criam acordos comerciais como o Nafta e o Alca, além de intervenções militares, como na Colômbia, por exemplo. Por outro lado, falam de uma campanha que diz pretender a “paz mundial”, que não corresponde a realidade dos fatos, pois estes mesmos países têm fomentado guerras contra a Iugoslávia e o Iraque

etc., pela conquista de mercados.

Os problemas que ora estamos vivenciando no Estado de Rondônia não são problemas isolados, é parte desta crise mundial e, na tentativa de salvaguardar os interesses da classe burguesa, os governos das semicolônias - países de economia capitalista atrasada -, implementam projetos ditados pelo imperialismo, que resultam em desemprego em massa, perdas das con-

quistas advindas das lutas sociais dos trabalhadores, como aposentadoria por tempo de serviço dentre outras etc.

Os projetos neoliberais implementados por FHC ditados pelo imperialismo (FMI, BM, ONU, UNICEF etc.), vêm liquidando as empresas estatais do país, contribuindo para o crescente desemprego, ao mesmo tempo em que seus seguidores em nível estadual e municipal demitem em massa, congelam e atrasam salários, aumentam a superexploração daqueles que se encontram empregados etc.

O aprofundamento da crise na educação e saúde, em escala mundial, é parte também desta mesma crise, que impõe o corte de verbas dos serviços públicos, em benefício de pagamento dos juros da dívida externa. No mundo inteiro as massas estão se organizando para resistir aos planos de fome dos governos pró-imperialistas. Na América Latina, os estudantes se manifestaram para defender a Universidade pública e o corte de verbas para a educação. No México, 240 mil estudantes universitários resistiram durante 9 meses, numa luta contra a privatização do ensino, que culminou na prisão de 632 estudantes, em virtude do isolamento dos demais segmentos dos explorados (camponeses, operários e demais trabalhadores).

No Brasil, nos diversos Estados, assistimos ao estabelecimento da barbárie social,

com crescente desemprego proveniente das vendas de estatais, fechamento de diversos postos de trabalho, desemprego nos serviços públicos em decorrência do corte de verbas para investir na saúde e educação etc. No Estado de São Paulo, durante o ano de 1999, o governo Covas, ao fechar 8 mil salas de aula, desemprega 40 mil professores. Em Rondônia, são cerca de 9.600 desempregados no serviço público no início do ano 2000, com maior percentual na educação e saúde, cujos trabalhadores demitidos resistem desde o dia 31 de janeiro, acampados na praça Getúlio Vargas, em frente ao palácio do governo. Em todo país são mais de 11 Estados, que em decorrência desta situação estão tirando indicativo de greve na educação.

Por estes, dentre outros motivos, a CORRENTE PROLETÁRIA DOS ESTUDANTES, conclama o DCE a convocar as demais entidades da comunidade universitária (ADUNIR e SINTUNIR), para realização de uma assembléia unificada com a proposta de uma greve geral, para defender o ensino público em todas as instâncias e níveis e apoiar os servidores demitidos do Estado, com vistas ao fortalecimento da luta pela unificação de todos os explorados, contra o problema comum - destruição dos serviços públicos, cujos governos cortam verbas dia a dia sobretudo para a educação e saúde.

A CORRENTE PROLETÁRIA DOS

ESTUDANTES conclama ainda as entidades de luta (CUT e sindicatos filiados etc.) e os partidos políticos que se reivindicam de defensores dos explorados para a convocação de uma greve geral no Estado de Rondônia, como parte da organização de uma greve geral em todo país, com vistas a construção de uma Frente única Antiimperialista e anticapitalista para barrar os planos antinacionais e antipopulares dos governos, que vêm provocando a barbárie social.

A CORRENTE PROLETÁRIA DOS ESTUDANTES compreende ainda que a superação destes problemas depende da unificação da luta de todos os explorados, e que a luta pelas necessidades vitais imediatas (moradia, alimentação, emprego, assistência a educação, saúde etc.) seja vinculada à luta pela destruição do sistema capitalista, que é responsável por todos os problemas vivenciados pelas massas. Esta destruição depende da capacidade das massas se organizarem em torno de um partido/programa que potencializará suas lutas instintivas, sob métodos de ação direta (ocupações, bloqueios, manifestações de rua etc.), para ações revolucionárias de desapropriação da burguesia através da revolução social, capaz de destruir definitivamente o capitalismo e construir o socialismo - fase de transição para a sociedade sem classes (o Comunismo).

## Brasil Outros 500: que outros?

Publicamos abaixo manifesto da Corrente Proletária Estudantil distribuído na manifestação do dia 22 de março em São Paulo.

### 500 Anos de Opressão Nacional e Social

O movimento *Brasil Outros 500*, integrado pelo DCE-USP, está convocando para uma Caravana para Porto Seguro, que no dia 22 de abril realizará um protesto em oposição ao caráter festivo de comemoração da data colocado pela Rede Globo. Parte desse movimento é a realização do ato público dia 22/03 em frente ao rellógio da Globo em São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima.

Os capitalistas, seu governo e os grandes meios de comunicação estão empenhados em fazer uma festa de aniversário dos 500 anos de "descobrimen-

to" do Brasil. Afinal, são 5 séculos de enriquecimento dessa minoria parasitária. É progressivo fazer um protesto contra isso. Mas a expressão "Outros 500" limita-se a negar os "500" da Globo, não tem significado preciso.

Para os explorados, a data significa **500 anos de opressão nacional e social**. Opressão exercida pelos países capitalistas desenvolvidos, que nos impõem o atraso e a exploração. Opressão exercida pela classe capitalista, que impõe a miséria e superexploração à maioria nacional.

Dessa forma, não se pode apenas lembrar o sofrimento da nação e dos povos massacrados pelos colonizadores ao longo dos séculos. Além de colocar o massacre das nações indígenas, pratica-

mente dizimadas, da escravidão que prosseguiu sob novas formas sob o trabalho assalariado, dos massacres de revoltas populares etc., é preciso protestar contra a opressão nacional e social que sofremos atualmente, levantando as reivindicações correspondentes e defendendo um movimento para conquistá-las.

Essa opressão nacional e social sentimos hoje com:

- Um salário mínimo de fome imposto a milhões, que preserva a superexploração e miséria.

- A ofensiva governista contra os direitos sociais e trabalhistas, com o propósito de elevar a exploração do trabalho ao limite da escravidão.

- Os massacres e prisões políticas

dos sem-terra, que reivindicam o direito elementar de sobreviver do trabalho.

- A aplicação de um plano antinacional e antipopular, que implica em congelamento salarial, desemprego, privatizações, abertura de mercado, cortes de gastos públicos com saúde, educação, previdência, demissão de funcionários públicos etc. tudo em benefício do parasitismo financeiro, exercido principalmente pelos capitalistas de fora do país. Esse plano é sentido na pele pelos estudantes, que sofrem com as consequências dos cortes de verbas da educação e privatização do ensino.

Mesmo impondo esse massacre a dezenas de milhões de seres, os capitalistas não conseguem superar a crise econômica. Ao contrário, a crise se agrava e esses mesmos capitalistas buscam outras formas de enriquecimento, organizando

verdadeiras quadrilhas ligadas ao narcotráfico, à corrupção do Estado (em nível federal, estadual e municipal), ao contrabando etc. Os escândalos denunciados recentemente envolvendo o prefeito Celso Pitta são apenas parte desse esgoto que é a prática da burguesia decadente.

E qual a saída apontada pelos exploradores? "Votem melhor nas próximas eleições..." dizem eles. Enquanto isso, mais opressão nacional e social.

Por isso, o protesto dos 500 anos tem de levantar as reivindicações que unem a maioria nacional para enfrentar os governos dos capitalistas e o plano econômico ditado pelos organismos do imperialismo (FMI, Banco Mundial, Bird etc.). A luta contra a corrupção da burguesia só tem sentido para os explorados se estiver ligada às reivindicações. Caso contrário, só irá à reboque dos ban-

dos capitalistas que disputam o controle das máquinas estatais nas eleições.

Que o protesto dos 500 anos defenda:

- Salário Mínimo Real de 1900 reais
- Nada de mexer no ponto 7 da Constituição; em defesa dos direitos trabalhistas
- Apoio às ocupações e resistência (autodefesa) dos sem-terra. Liberdade imediata para suas lideranças presas
- Abaixo FHC e seu plano antinacional e antipopular. Ensino Público e Gratuito para todos, sustentado exclusivamente pelo Estado. Não pagamento da dívida externa. Mais verbas para a educação. Estatização da rede privada sob controle da comunidade universitária, para que o ensino público e gratuito possa chegar a todos.
- Tribunais Populares para julgar e punir de verdade a burguesia corrupta.

## BRASIL, 500 ANOS DE EXPLORAÇÃO E LUTA DE CLASSES

# A REBELIÃO NEGRA

**Paulo Barbosa**

A compreensão do passado é fundamental para a formação da consciência de classe na atualidade. A identificação dos erros e acertos dos explorados em luta, o resultado dos confrontos de classes, os limites históricos, a postura dos opressores, as conquistas e derrotas, servem como lições para os combates políticos dos trabalhadores contra o imperialismo e a burguesia nacional.

A ideologia das classes dominantes, bem expressa na campanha da Rede Globo dos "500 anos de Brasil", sempre procurou passar a exploração escravista como algo harmônico, sem contradições e sofrimentos. Trabalha-se com a ficção da integração pacífica entre colonizadores brancos, índios oprimidos e negros escravizados. As relações econômicas de superexploração entre escravistas e escravizados são pintadas como cooperação entre "negros dóceis" e "brancos cordiais", como em Oliveira Viana e Gilberto Freire por exemplo.

Sobre a luta dos negros contra a escravidão, geralmente, paira um silêncio. Ou como escreveu certa vez Fernando Henrique Cardoso, quando era alguma coisa parecida com sociólogo, sobre os

escravos como "testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo".

No entanto, se para as classes dominantes e seus representantes não é interessante repassar aos trabalhadores a luta histórica de seus antepassados contra a exploração, para os que combatem pela Revolução Proletária é essencial contar a verdade. Os escravos negros, mesmo sendo tratados como *instrumentum vocale* (instrumento falante), não perderam sua subjetividade, não deixaram de ser homens, isto é, nem sempre aceitaram como natural sua condição de animal possuído. Por isso, se organizaram, lutaram e combateram por sua liberdade contra o escravismo.

### Quilombos e insurreições

Segundo resposta do Rei de Portugal a uma consulta do Conselho Ultramarino de 2 dezembro de 1740, quilombo era "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles". Isso demonstra como a resistência escrava não foi esporádica. Pesquisadores, estudan-

do a toponímia (estudo da origem do nome de lugares), vêm mostrando a constância de nomes de cidades, vilas, povoados, fazendas ou simples acidentes geográficos como serras e rios, com nome de quilombo, o que demonstra sua importância histórica e sua permanência na memória social.

Os quilombos foram um fenômeno nacional de contestação objetiva, independente da consciência dos explorados, à ordem escravista. Tem-se notícia deles, os principais, em quase todo o território nacional: Sergipe (8), Bahia (12), Amapá (2), Pará (7), Maranhão (6), Minas Gerais (9) e São Paulo (11), como os quilombos de Jabaquara, Atibaia, Santos, Campinas, Piracicaba, morro de Araraquara, Fazenda Mojolinho (São Carlos), entre outros. Além, da existência deles na Ilha de Marajó, Mato grosso (Quilombo da Carlota), Santa Catarina (Quilombo de Alagoa) e Rio Grande do Sul (Quilombo do Rio Pardo).

Essas comunidades, fundamentalmente de ex-escravos, organizavam-se de diversas maneiras, tinham dimensões variadas e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de poucos homens, até quilombos de aproximadamente 20.000 pessoas, como o de



Palmares, que merecerá um artigo próprio. Os menores possuíam uma estrutura muito simples, eram basicamente grupos armados. Já os maiores exigiam uma estrutura mais complexa econômica, social, política e militar. O interessante é que a abundância de mão-de-obra e o trabalho cooperativo possibilitava um aumento significativo da produção que servia, inclusive, para o comércio.

Uma das causas da vitalidade e permanência dos quilombos era uma incipiente solidariedade de classe, isto é, a aliança entre os quilombolas e os escravos da senzala. Em Sergipe, por exemplo, em pleno Império, 1872, na Vila de Japarutuba, os quilombolas, para fugirem das autoridades, refugiaram-se nas próprias senzalas, onde foram escondidos pelos escravos que ali se encontravam. Assim, existia um sistema de informação e apoio entre quilombolas e escravos.

Os quilombos foram, também, um pólo de resistência à estrutura escravista, atraindo várias camadas e setores oprimidos para sua órbita, como pequenos proprietários, contrabandistas, garrimpeiros, mascates, agricultores.

A quilombagem, embora sendo a principal, não foi a única forma de resistência dos escravos à ordem dominante. Outras, como o assassinio de senhores, de feitores, de capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, o banditismo, a ocupação de engenhos, as guerrilhas e as insurreições urbanas ocorreram enquanto durou a estrutura escravista. Além da integração dos escravos em várias revoltas contra a ordem colonial e imperial.

Ocorreram inúmeras revoltas, como as de 1756 e 1864 em Minas, cuja tática era a união dos quilombolas com os escravos da cidade. Na de 1864, cujo centro era a cidade de Serro, o plano da insurreição resumia-se a lançar fogo em algumas casas e, quando os brancos estivessem distraídos, matariam quantos fossem possível para obter a liberdade. No entanto, a delação fez ruir o levante. Um de seus principais líderes, o escravo Adão, foi condenado às galés (trabalhos forçados executados por presos por correntes) por vinte anos, en-

quanto outro implicado, o branco Herculano de Barros foi absolvido por falta de provas.

Destaca-se, também, a insurreição de 1835, em Salvador, liderada por escravos islamizados (maometanos), a qual significou o ponto culminante de uma série de revoltas que vinham desde 1807. Preparada nos seus detalhes, foi precedida de todo um período organizativo, o que ligou sua direção aos escravos de diversas nações como iabus, benins, minas, geges, mundubis, tapas, bornus, baribas, grumas, calabares, camarões, congos e cabindas. Os escravos se reuniam secretamente em diversos locais de Salvador. Além disso, criou-se um clube, também secreto, que funcionava na Barra (Bairro da Vitória). Os principais líderes eram escravos nagôs: Diogo, Ramil, James, Cornélio e Tomás, entre outros de outras nações ou libertos como, o negro Sule, o preto forro (liberto) Belchior da Silva Cunha, Ivá, Mamolim, Manuel Calafate, Aprígio. O movimento vinha sendo articulado também entre os escravos dos engenhos e os quilombolas da periferia. Não esqueceram a questão financeira, criando um fundo para as despesas do movimento.

O plano militar resumia-se no seguinte: partiria o grupo da Vitória comandado pelos chefes daquele clube dando combate aos opressores, rumando para a Água dos Meninos e, em seguida marchariam para o Cabrito, onde se reuniriam aos escravos dos engenhos e quilombolas. Tal plano não foi cumprido na íntegra porque houve delação. Mesmo assim, no dia 24 de janeiro de 1835, estourou o movimento armado. O objetivo das autoridades era evitar a todo custo a união entre os escravos urbanos e os dos engenhos e quilombolas. Nos combates de rua os escravos derrotaram diversas vezes as tropas da polícia, porém, no dia 25, quando tentaram tomar o forte da cavalaria, apesar do heroísmo, foram derrotados. Ocorreram 281 prisões, vários tiveram condenações de mais de duzentos açoites e cinco foram condenados à morte. No dia 14 de maio de 1835, eram fuzilados, pelo "crime" de lutarem contra a escravidão, os libertos Jorge da Cunha Barbosa e José

Francisco Gonçalves e os escravos Gonçalo, Joaquim e Pedro. Todos eles foram condenados à forca, porém o governo imperial e escravista não encontrou carasco que os executasse.

### **Lições para a atualidade**

Que lição tirar de tudo isso? Primeiro, que a luta de classes é o motor da história, enquanto existir exploração do homem pelo homem. Segundo, qualquer reivindicação dos explorados se integra na luta de classe contra classe. Terceiro, os trabalhadores não devem confiar nos opressores e seus representantes. Quarto, os oprimidos devem contar com suas próprias forças, sua organização é essencial e a forma de luta prioritária é a ação direta.

Hoje, vivemos em um regime de escravidão assalariada sob a ditadura da burguesia. Os que lutam por terra, moradia, emprego, melhores salários e por uma sociedade sem classes, são chamados de "baderneiros" e "bandidos", como os quilombolas e lutadores do passado. Padres e pastores os condenam ao "fogo do inferno", como a Igreja Católica nos tempos da Colônia e do Império condenava os explorados em luta. As forças do Estado burguês, a serviço da escravidão capitalista, também reprimem, assassinam, prendem e torturam, como no Estado colonial e imperial, os trabalhadores que lutam por seus direitos.

Apesar disso, sabemos que o caminho que hoje trilhamos, iluminado pelo marxismo-leninismo-trotskyismo, foi aberto por aqueles que nas senzalas fétidas, nas matas e nos bairros populares travaram uma luta heróica, mesmo sem uma consciência clara, contra o escravismo.

Viva Zumbi, Adão, João Mulungu, Preto Cosme, Manuel Congo, João da Cunha, Gonçalo, Isidoro, entre outros, conhecidos e anônimos, combatentes anti-escravistas, verdadeiros heróis nacionais e do povo. Seus nomes estão inscritos na bandeira do Partido Operário Revolucionário, que luta pela Revolução Proletária e pelo Governo Operário e Camponês (Ditadura do Proletariado).

# O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciadas no massas n.º 160.

## Como Funciona a Célula O Trabalho Cotidiano da Célula (2a Parte)

Devem ser dadas tarefas a todos os militantes, o que supõem o estabelecimento de uma divisão de trabalho e o conhecimento da especialização, por mais elementares que estas sejam. Referimo-nos a tarefas com o trabalho material, com o trabalho político, e com o de capacitação. Militante não é aquele que se limita a assistir as reuniões (é claro que deve fazê-lo com toda pontualidade), mas o que participa no trabalho em equipe. Devemos lutar a todo momento contra a tendência de alguns camaradas de concentrar em suas mãos todas as tarefas e deixar o resto da militância sem nada o que fazer, sem se interessar pela vida e os problemas do partido. Quanto mais se afine a divisão do trabalho e se aproveitam todas as aptidões dos militantes, a que será melhor executada e com muito arrojo de energia e de tempo.

Não distribuir as tarefas é a melhor forma de marginalizar os militantes da vida partidária, obrigar-lhes a emburrecerem-se e a concluir que não tem sentido a militância: isto os tem quebrado por falta de atividade e entusiasmo pelo trabalho coletivo. Não se trata de inventar incessantemente tarefas sem sentido, estas são numerosas se se leva em conta que se busca um trabalho perfeito nas células: ampliar a militância, aumentar a difusão do jornal, copiar e editar documentos, realizar campanhas econômicas e de outro tipo, buscar informações político-sindicais, cumprir trabalhos especi-

ais, etc. O trabalho diário (dedicar ao partido algumas horas de maneira regular todos os dias) mantém vivo o interesse e liga o militante estreitamente a organização. O trabalho partidário coletivo é composto de pequenas tarefas executadas com precisão pelos militantes.

Uma célula de fábrica ou de um curso da universidade é relativamente homogênea, pelo menos pela uniformidade de interesses e de preocupações de seus componentes, o que não ocorre quando se trata de um conglomerado de elementos de diferentes ocupações que pertencem a extratos sociais (excepcionalmente existem células que correspondem a tal aglomerado); sem dúvida, é quase inevitável afrontar o problema do desnível, em diferentes graus, que apresentam os militantes na sua capacitação político-teórico e até em sua cultura.

Duas recomendações podem ser feitas a este respeito: 1) preferivelmente devem ser formadas células com elementos de uma mesma ocupação, se isto não for possível não se devem descuidar dos problemas dos setores de nenhum dos militantes; 2) deverão ser feitos esforços para elevar o nível político-doutrinal dos mais atrasados, dando-lhes cursos especiais.

Uma célula que permanece indefinidamente com o mesmo número de militantes ou que, em lugar de crescer, vai perdendo paulatinamente seus membros, até que chega um dia em que deixa de funcionar, significa que desde o seu início tinha um germe maligno que a foi

destruindo internamente. Esclerosou-se por não ter, desde o primeiro momento, o objetivo de crescer, de alargar o âmbito da influência partidária. Os militantes que se conformam em reunirem-se monotonamente uma vez por semana, olhando sempre as mesmas caras têm muito pouco a ver com a atividade revolucionária. Este vício deve ser energeticamente combatido. A célula deve, em todas suas reuniões, planificar seu crescimento e realizar uma crítica e autocrítica impiedosa dos seus resultados e dos fracassos neste campo. As células apoiarão a formação de grupos e outras células de militantes e de simpatizantes; intervirá nas organizações paralelas e participará do nascimento e dos primeiros passos das células novas. Devemos procurar que uma célula de origem a outras tantas quantos militantes tenham, quer dizer, que se converta em célula mãe e por algum tempo funcione como direção de um grupo de células. Esta função os militantes devem realizar e serem treinados para cumpri-la devidamente. Sem perda de tempo deverá se detectar os elementos com mais condições para os trabalhos de organização e outras atividades especiais, neste último caso será a direção superior a encarregada de agrupar e dar-lhes capacitação adequada. Tratando-se da formação de organizadores, a célula lhes proporcionará uma educação adequada para que se supere, educação que deve se combinar, sem desculpas, com trabalhos práticos de organização.

## Bolívia

# A Burguesia Propagandeia a Potência e Virtudes do Trotskismo

## O POR, Guia das Massas

Os meios de comunicação da burguesia põem em relevo a dimensão consideráveis das conquistas teóricas-políticas, da coragem, da honestidade e consequência a toda prova do POR

Foi Ganha uma Batalha

No caminho, na luta, que leva à con-

quista do poder, a classe operária (seu partido político) deve derrotar teoricamente a burguesia, assim se afirma a independência ideológica dos explorados frente a classe dominante. A atividade do POR determinou que as massas trabalhadoras instintivas se transformam em classe consciente, política. Agora co-

lhemos os frutos da vitória.

A situação revolucionária revela o conquistado pelo trotskismo e os meios de comunicação da burguesia têm se esmerando em mostrar o alcançado pelos trotskistas em sua luta revolucionária.

A que aspectos se referem os jornalistas?

- Surpreendem-lhes que os militantes poristas – acaso se esquece que são bolcheviques – consignem em letras de forma o resultado de suas investigações e das experiências conseguidas em sua atividade revolucionária.
- O desenvolvimento da história, a revolução, é o ponto culminante desta polêmica. A política para os marxistas-leninistas-trotskistas é criação teórica, que tem lugar no marco da polêmica. A crítica e a autocrítica (polêmicas por sua essência) são instrumentos políticos e organizativos.
- O Partido é o programa (cuja essência e finalidade é a finalidade estratégica ou forma de governo que propõem) que partindo do conhecimento do país, das leis de seu desenvolvimento, assinala a forma de atuar sobre ele para transformar

má-lo. As organizações que se dizem ser partidárias, mas que carecem de programa, são oportunistas e concluem servindo ao inimigo de classe.

É neste terreno teórico-programático que o trotskismo derrotou a burguesia e seus serventes.

É por isto que o POR se incorpora como direção revolucionária das massas e mantém de forma inquebrantável a luta pela materialização da finalidade estratégica do proletariado.

### **Uma Luta Inquebrantável sem Traições**

O que o inimigo de classe, e até seus lacaios, mais admiram é a história dos poristas dominada pela coragem, pela honradez e a margem das traições.

O programa porista é a resposta à agonia do capitalismo putrefato. A crise

econômica estrutural, a destruição das forças produtivas ao chocar com a grande propriedade privada burguesa (multinacionais), colocam a urgência de materializar a revolução social (proletária). As mudanças quantitativas da sociedade mostram que a essência do capitalismo continua de pé. É por isto que o programa porista permanece invariável, substituí-lo por outro levaria a se colocar a serviço da burguesia.

O POR é o partido dos pobres, mas não recebe propinas, salários ou coisa parecida. O partido se autofinancia e o trabalho dos militantes é gratuito.

À honestidade dos militantes temos que somar a coragem dos poristas frente a repressão oficialista que suportam

(extraído do Masas boliviano n.º 1703 de 25/02/2000)

## **Bolívia**

# **Transcendência do Congresso do POR Boliviano**

Razão de sua importância: *reúne-se em meio a agudização da luta de classes e deve assinalar o trabalho partidário que deve ser realizado para materializar a direção do partido das massas em luta.*

### **Excepcionalidade**

Alguns podem achar estranho de não haver uma tese guia para o Congresso, é a realidade que vivemos que nos obriga a atuar sobre a marcha; por isto mesmo que se selecionou os que participarão no importante evento. A cúpula do Partido realizará um cuidadoso balanço autocrítico (sublinhamos o termo) da caracterização da situação política em que se vive e de sua projeção. As publicações partidárias tem registrado os acontecimentos e a interpretação dada por nós. A reunião nacional fará o balanço autocrítico e seu resultado será conhecido pela militância.

*Resumo das colocações partidárias: toda nação oprimida luta contra a política da burguesia/imperialismo e a conduta dos governos do momento. Estranha-se que se mantenha no poder o narcogorila Banzer, expressão do fascismo, composto por bandos de delinquentes. Este fenômeno confirma nossa análise no sentido de que a Bolívia ficou reduzida a uma colônia norte-americana, onde a "vice-rei" (que ostenta o título de "embaixadora dos Estados Unidos") se dá ao luxo de manejar pelo nariz a Banzer, aos ministros etc.*

Em todas as partes do país, a radicali-

zação das massas tem ocorrido de diversas formas, o que obriga aos militantes participar nestas ações. A discussão autocrítica deve realizar o balanço desta participação.

### **Trabalho nas Massas**

A situação política imperante coloca como uma tarefa prioritária que a militância, organizada celularmente, penetre nos diversos setores das massas para politizá-las e mobilizá-las, a fim de responder satisfatoriamente a necessidade urgente de que o POR se converta na direção dos explorados e oprimidos radicalizados. Não se trata de uma tarefa meramente rotineira, mas de elaborar, de criar a política que devem seguir os explorados e oprimidos. As células (os militantes) devem revelar o impulso instintivo das massas (assim atuam as leis da história), na luta diária deve ser colocada a política que devem seguir as massas.

**Trabalho prioritário:** colocar em pé células e formar militantes. Este trabalho permite que o partido se incorpore como direção das massas na luta.

Este trabalho deve submeter-se diariamente à análise autocrítica para extrair suas conseqüências. Assim se elabora a linha política. Toda vez que se comete um erro, deve-se discutir suas causas, isto para superar o trabalho e evitar a repetição dos equívocos.

### **Um Partido Poderoso**

É a agudização da luta de classes que potencia o POR, permitindo-lhe tirar vantagem de todo seu trabalho anterior acumulado. O trotskismo se incorpora como uma potência poderosa (aqui se coloca o perigo permanente de que o fascismo busque nos destruir fisicamente). Sabemos que a penetração nas massas é a melhor maneira de neutralizar as forças repressivas.

**Resultado da educação política do país:** o cenário aparece ocupado por duas tendências que vão se enfrentar:

- A burguesia nacionalista, fascista, democratizante, seguida pelos "esquerdistas", estalinistas, burocratas sindicais direitistas, aparecem isolados, atuando de costas para o povo, assaltando cargos governamentais, roubando etc. A classe dominante é instrumento das multinacionais/imperialismo, rechaçada pelos de baixo.
- A esquerda é o POR. Os vermelhos da véspera se converteram em amarelos e até fascistas, que se vendem aos donos dos poderes econômicos e políticos.

Os acontecimentos ao ratificar a linha política do POR e suas virtudes como lutador de rua e imbatível, o apresentam como garantia de vitória.

(extraído do Masas boliviano n.º 1703 de 25/02/2000)

## Que visita histórica?

O jornais noticiaram que o secretário de Defesa dos EUA, William Cohen, fez uma "visita" ao Vietnã depois de 25 anos findada a guerra (terminou em 1975). Segundo o representante norte-americano, o que interessa é o futuro. Com isso pretende apagar a guerra imperialista, a devastação e os 3 milhões de vietnamitas mortos.

O futuro de que fala tem base no presente. Ou seja, na restauração capitalista em curso no Vietnã. O passado está marcado pela vitória do povo vietnamita na luta pela sua libertação nacional e início da construção do socialismo. Se

este fosse o presente, o secretário de Defesa dos EUA estaria do outro lado com ameaças bélicas, bloqueios econômicos e ataques diplomáticos. Como a burocracia governamental do Partido Comunista Vietnamita segue o curso da reimplantação do capitalismo, que significa transformar a vitória sangrenta do povo em derrota pacífica, o imperialismo tem interesse em estabelecer relações que permitam as suas multinacionais invadirem o país.

De fato, a invasão já existe. As reformas econômicas no Vietnã são as mesmas que fizeram e estão fazendo a

Rússia, China, Hungria, Cuba etc. Em 1995, o governo das reformas pró-capitalistas estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos como reflexo da capitulação frente às pressões do imperialismo.

Os vietnamitas terão de trabalhar pela construção de um partido revolucionário que tenha raízes na guerra de libertação nacional e esteja de posse do programa comunista. Esse é o caminho para derrubar o Partido Comunista traidor e restabelecer a construção do socialismo.

## A instabilidade na Bolsa de Nova York reflete impasses do capitalismo

O centro financeiro do mundo capitalista oscila entre euforia altista, com alguns segmentos tendo suas ações elevadas acima das expectativas, e temor de uma brusca queda, refletida na desvalorização também surpreendente de outros, especialmente as ações das empresas de alta tecnologia. Chegou-se a denominar "nova economia", baseada nas ações de empresas de tecnologia; e "velha economia" aquelas das empresas de bens de consumo não duráveis.

Ocorre que os especuladores correm de um lado para o outro em busca de maiores dividendos (lucros).

A Nasdaq, indicador das empresas tecnológicas, atingiu o cume histórico de 5000 pontos, mas vêm caindo nas últimas semanas. O problema está em que os analistas apontam supervalorização e calculam que se as ações da Nasdaq caírem 10%, as perdas atingirão 500 bilhões de dólares. Até aí, consideram assimilável, mas a dúvida é se o fato não desencadearia mais quedas e quebraadeiras.

Essa dúvida não vem ao acaso. Sabe-se que a supervalorização é gigantesca e que só está sendo mantida porque os fatores da crise mundial ainda não se entrelaçaram a ponto de se generalizar. A consultoria de pesquisas First Call, uma das maiores, estima que a queda na Nasdaq prosseguirá. O seu diretor-chefe, Chuck Hill, visualiza as-

sim: "É só ver a relação entre preço e o rendimento das ações nesse setor. Ela passa de cem na maioria dos casos. É um exagero, é um fenômeno descolado da vida real.(...)" E completa: "(...) Essa história de nova economia é um filme antigo. Se a velha economia quebra, a nova não tem mais para quem vender computadores, sistemas etc." De fato, outros analistas mostram que a relação preço e lucro é quatro vezes maiores no caso das tecnológicas, enquanto nas demais há compressão.

O deslocamento da especulação de um pólo a outro reflete o mesmo fenômeno do velho capitalismo, caracterizado pelo parasitismo financeiro, que por sua vez é consequência da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Aquelas estão comprimidas pelos monopólios que esbarram no mercado cada vez mais saturado. Os elementos da crise de superprodução se acumulam em alguns setores, como de bens de consumo, e que caminham por atingir o conjunto.

As principais autoridades burguesas têm alertado para os perigos da euforia norte-americana, motivada pelo consumismo desenfreado, enquanto o restante do mundo capitalista passa por estagnação, recessão ou pequeno crescimento. Há um tremendo esforço das demais potências, principalmente o Japão, para re-

ativar suas economias, considerando que o auge norte-americano de uma década não tem como continuar por mais tempo. Uma recessão mundial poria abaixo todo edifício do capital especulativo.

Para nós, o problema não está na quebraadeira capitalista, mas sim o que vem ocorrendo com as massas exploradas. Para proteger os lucros industriais e o parasitismo financeiro, os governos aplicam medidas de ataque frontal à vida da classe operária, dos camponeses e da classe média urbana. Mesmo nos países imperialistas, que saqueiam por toda parte, a burguesia impõe restrições trabalhistas, rebaixam salários, reestruturam as empresas demitindo maciçamente, atingem a previdência etc.

Nos países semicoloniais, como o Brasil, implanta-se "reformas neoliberais", cujos resultados são maior empobrecimento e miserabilidade da maioria. O crescimento da dívida interna e externa é descarregado sobre as massas populares, na forma de mais impostos, redução dos serviços sociais, destruição da aposentadoria pública e outras mazelas.

O capitalismo parasitário é de barbárie social. A luta do proletariado internacional não pode ser outra senão a de destruição do capitalismo em desintegração e construção da sociedade sem classes, o comunismo.